

CURSO DE LICENCIATURA EM ENFERMAGEM

5.° Semestre 2015/2016

UNIDADE CURRICULAR:

ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIATRIA

1.º TEXTO DE APOIO

A FILOSOFIA E AS PRÁTICAS DOS CUIDADOS ÀS CRIANÇAS. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO VALOR DA INFÂNCIA. UMA LEITURA BREVE DE PHILIPPE ARIÉS E ELISABETH BADINTER

O professor coordenador da equipa disciplinar

JORGE APÓSTOLO

INTRODUÇÃO

Quando pensamos no século XX e XXI, e nos reportamos aos países desenvolvidos, poderemos ser tentados a ignorar que o denominado século da criança – XX - tem antecedentes históricos e sociais que é de todo conveniente relembrar, discutir e enquadrar, para que compreendamos que algumas conquistas importantes não estão garantidas uma vez alcançadas. De facto, a história e a sociologia ensinam-nos que muito do social e cultural podem mudar, por vezes abruptamente, caso as condições da sociedade se alterem de forma significativa.

Por exemplo, as crises económicas e sociais, as guerras, as mudanças climáticas, o extremismo religioso podem alterar o curso da história. Isto tem sido verdade objetiva em séculos anteriores. Mesmo já no século XXI estamos a viver uma crise, uma situação explosiva a nível internacional que pode, de novo, mudar o presente e o futuro. No que aos cuidados da criança concerne, podemos considerar que nos países mais desenvolvidos a valorização da infância é um facto incontornável, plasmado nos media, na literatura, na fotografia, na pintura, na educação, na saúde, na justiça, no papel da criança na família. Quando vemos um novo hospital pediátrico, uma nova escola, uma família que torna a criança o seu centro, ficamos com a sensação de que estamos garantidos, mas historicamente não é assim. Particularmente os profissionais do sistema *educare* devem estar sempre na primeira linha de defesa do bem-estar da criança. Se assim for, por piores que sejam algumas situações, as crianças e famílias encontrarão sempre apoio, suporte e cuidados que podem preservar aquilo que é positivo no presente e salvaguardar o futuro.

Neste contexto, importa compreender, de forma sumária, como se fez um caminho, e quais as razões de tais caminhos. Fundamentamos a nossa leitura em duas obras de dois autores consagrados: Philippe Ariés e Elisabeth Badinter. Estes autores têm uma abordagem diferenciada ao tema, coincidindo em algumas análises e divergindo noutras. O ponto de partida de Ariés é a ideia de que na Idade Média, as sociedades tradicionais representavam mal a criança e o adolescente, o que se evidencia pela indiferenciação das etapas biológicas da vida e das suas correspondentes funções sociais.

As crianças confundiam-se com os adultos desde que eram consideradas aptas para a viver sem o auxílio das mães ou das amas, partir, mais ou menos dos sete anos. Desse

momento em diante elas começavam a partilhar da grande comunidade dos homens, do seu trabalho, jogos quotidianos, e a educação era a própria aprendizagem.

Badinter parte de outra visão e foca-se no amor maternal. Na sinopse da sua obra "o amor incerto" questiona-se se o amor é um instinto, uma tendência feminina inata, ou depende, em grande parte, de um comportamento social, variável de acordo com a época e os costumes. A investigação produzida resulta na convicção de que o instinto maternal é um mito, não havendo um comportamento universal. Ao contrário, a autora constata uma variabilidade muito grande desse sentimento, em função da cultura, as ambições ou as frustrações da mãe. A conclusão é desafiante: o amor maternal é um sentimento humano incerto, frágil e imperfeito. Pode existir ou não, pode aparecer e desaparecer, mostrar-se forte ou frágil, preferir um filho ou ser de todos, contrariando a crença generalizada, ele não está profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, verifica-se que o interesse e a dedicação à criança não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais. As diferentes maneiras de expressar o amor têm uma enorme amplitude, pelo que não constitui um sentimento inerente à condição de mulher, um determinismo, mas algo que se adquire e se desenvolve ou não. Sendo assim, é mais um produto da evolução social desde princípios do século XIX, uma vez que, como o exame dos dados históricos evidencia, nos séculos XVII e XVIII o próprio conceito do amor da mãe aos filhos era outro: as crianças eram normalmente entregues, por vezes desde o nascimento, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos. Dessa maneira, como todos os sentimentos humanos, ele varia de acordo com as flutuações socioeconómicas da história.



MESMO NO SÉCULO XXI.....

1. EMERGÊNCIA DO SENTIMENTO DA INFÂNCIA...UMA HISTÓRIA COMPLEXA

O valor da infância é uma variável histórica, sociocultural e psicológica. Assim, a ele estão ligados os cuidados maternais, o valor da mulher enquanto *ator* social, a importância e expressões dos cuidados aos filhos.

O processo de valorização da infância não teve uma lógica linear, pelo contrário, esteve a sujeito a conveniências e inicialmente foi uma prática de elites.

O estudo da França medieval representa a possibilidade de articularmos um discurso sobre a infância, uma visão muito aproximada da realidade europeia, dado o acervo histórico disponível e bem conservado.

De uma forma resumida e na visão de Ariés, na França Medieval, a organização sociopolítica era impermeável à eclosão do sentimento de infância, as crianças estavam integradas no mundo dos adultos. Por exemplo ao nível do modo de designar uma criança, o termo (l'enfant) referia-se á infância, adolescência e juventude.



As evidências do não sentimento de infância

Ao contrário de hoje, o critério biológico era pouco importante, a dependência económica = infância e a independência = adultez. Em pleno século XVI (..." aos 24 anos, a criança é forte e virtuosa...). Existem no entanto outros indicadores de que a infância era pouco valorizada:

- A mortalidade infantil muito elevada;
- A sobrevivência dependente de desígnio divino;
- Morte da criança vivida de forma pouco emocional (ia para o céu);
- Criança não dotada de personalidade humana;
- Ausência representações artísticas (pintura);
- Indistinção entre o traje de adultos e crianças- sem razão/sentido a individualização da roupa;
- Sem razão/sentido a individualização de espaços.

Tudo isto nos faz pensar que, de facto, não existia a perceção da criança enquanto ser humano dotado de personalidade.

O que muda ...muito lentamente....no sentimento de infância?

Observa-se uma evolução das pinturas séculos XIII – XVI, em que, progressivamente, a criança ocupa um espaço central nos retratos e na pintura.

Também ao nível do traje, na França do século XVIII, particularmente nas classes nobres, a preocupação no trajar adequado à condição social há mudanças na forma de a criança ser vestida.

A importância que assume a atividade lúdica nas classes sociais de maior estatuto dando relevo à criança e sua participação é uma importante área de mudança. Reconhece-se que a atividade lúdica é um importante fator e manifestação de sociabilidade, possibilita um vínculo social mais intenso e adaptação ao grupo, proporciona cooperação com colegas de iguais direitos e aprendizagem de regras.

O tipo de jogos e brincadeira prevalentes numa determinada comunidade permite que possamos concluir algo sobre a organização social, as preocupações e os valores prevalentes.

Convém referir que no século XVII, os jogos e brincadeiras eram comuns às crianças e adultos confirmando a uma moral diferente da atual em que existe uma distinção mais rígida entre espaços de adultos e crianças em atividades de lazer.

No início do século XVIII, a partir de análises iconográficas observam-se alterações com brinquedos mais específicos para as crianças (o cavalo de pau, o cata-vento, o pássaro preso por um cordão, teatro de marionetes). Este último sempre divertiu crianças e adultos.





De um ponto de vista histórico, progressivamente, podemos distinguir uma transição entre duas épocas: uma em que a criança não ocupava a atenção das pessoas, sem representação artística e outra em que a criança era reconhecida e valorizada pelo seu

potencial lúdico, graça e encantamento, podendo colocar-se a hipótese de uma nova relação entre família e criança com reflexo nas artes. Esta interpretação é possível, mas enfatiza-se aquilo que foi a criança como brinquedo, e potencial lúdico. Em que medida isto não é um desrespeito pela criança? Aos olhos do século XXI claro que é, embora pudesse ter sido uma etapa no processo de individualização da criança.

A partir do momento em que o potencial da atividade lúdica é virado mais para o bemestar da criança, a sua saúde, a sua formação moral, há um novo olhar sobre um ser com necessidades específicas, numa etapa de vida particular.

De facto e durante os séculos XVII e XVIII foi emergindo a ideia da necessidade de educação das crianças. Questiona-se Ariés, - quem educava?? Os pais?? Não propriamente. Os colégios começaram a emergir como instituições educativas, dominados por moralistas, que impedindo a criança de entrar de imediato no mundo dos adultos, acabam por contribuir para o desenvolvimento e consolidação do sentimento de infância.



Phillipe Ariés afirma que no final do século XVI alguns educadores impuseram definitivamente as suas ideias, impedindo por exemplo que as crianças tivessem acesso a obras suspeitas, nascendo então a ideia do livro clássico expurgado para uso da das crianças. É uma etapa da maior importância sendo desta altura que nasce o respeito pela infância. Descobrem-se em várias obras preocupações de pudor, cuidados em evitar atentados à decência, civilidade e linguagem.

Os colégios de Jesuítas tomam especiais precauções quanto ao pudor, com regulamentação apertada no que comporta por exemplo à necessidade de aplicação de

castigos corporais, como administração de açoites. Neste caso não se devia por exemplo nunca retirar as calças às vítimas, devia somente descobrir-se a porção de pele necessária à aplicação da pena. Parece dar-se portanto uma grande transformação nos costumes durante o século XVII. A liberdade da corte com as crianças no tempo de Henrique IV deixou de ser permitida mesmo aos filhos de gente vulgar e miserável. Trata-se dum grande movimento, dos quais de encontram provas a nível literário moral e pedagógico como as práticas da devoção e da nova iconografia religiosa. Este movimento impôs definitivamente a ideia da inocência infantil. É desta altura a emergência do catecismo para crianças. Ainda que posta frequentemente a tónica na imbecilidade e fraqueza da infância, há aqui um sentimento inteiramente novo. Anteriormente esta etapa era pura e simplesmente ignorada, uma etapa a ser ultrapassada rapidamente. A leitura desta nova realidade assenta, segundo Ariés, na reação não só de alguns espíritos mais clássicos, com a sua exigência de razão mas será acima de tudo uma resposta contra a importância que a criança adquirira na família e sentimento de família.

Recordemos que na fase anterior, os adultos de todas as condições gostavam de se divertir com as crianças pequenas. Este gosto era, muito antigo mas estava de tal modo presente que suscitava alguma reação e irritação.

Na perspetiva de Ariés, o reverso moderno do sentimento de infância nasceu do sentimento de irritação perante as criancices. A eles se acrescentava o desprezo que essa sociedade nutria pelo professor e diretor de colégio (pedante), numa época em que se tornaram numerosos e mais frequentados os colégios.

Se a má vontade para com as crianças dos espíritos sérios ou rabugentos era uma realidade, tal significava que aos seus olhos o papel da infância crescia desmesuradamente.

Ao formar-se uma conceção moral da infância que insiste na sua fraqueza e inocência, reflexo da pureza divina, coloca na primeira linha, como sendo uma obrigação dos adultos, a educação rígida, precoce e severa das crianças.

Esta conceção reage ao mesmo tempo contra a indiferença perante a infância, contra um sentimento demasiado terno e egoísta que faz da criança um brinquedo dos adultos cultivando o seu capricho. De qualquer forma, estas noções de educação com base na compostura, modéstia, ausência de mimos não são ainda de forma alguma a ideia que

temos hoje da infância. O sentido de inocência infantil levou portanto a uma dupla atitude moral perante a infância:

- Preservá-la de todos os aspetos impuros da vida em particular da sexualidade;
- Fortalecê-la desenvolvendo-lhe o carácter e a razão.

A este novo carácter evolutivo do sentimento de infância corresponde uma nova tendência que se manifesta na devoção e na iconografia religiosa, ocupando aí a criança um lugar quase central. Frequentemente, em situações educativas, se glorifica a vida de pequenos santos como ideal para a juventude, e Cristo na sua infância, *menino Jesus*.

Um aspeto central ligado à igreja tem a ver com a primeira comunhão, e a preocupação central que passou a ser recebê-la em estado de graça. A solenidade desta etapa foi acentuada com um facto concebido para o efeito, que se verificará já no século XX. Segundo Ariés, a cerimónia da primeira comunhão converte-se na manifestação mais visível do sentimento de infância entre o século XVII e o final do século XIX. Nela se celebram simultaneamente os dois aspetos contraditórios desta fase da vida, a sua inocência e a sua apreciação racional dos mistérios sagrados.

Parece então não restarem dúvidas de que há uma nova sensibilização à fragilidade da infância e a necessidade da criança se desenvolver moral e intelectualmente.

É notório que o ambiente escolar favorece o desenvolvimento de uma infância prolongada.

MASnem todas as crianças francesas do século XVII foram ao colégio. A antiga estrutura persistia na maioria da sociedade e consequente manutenção da reprodução social. A não inclusão no processo educacional das raparigas era uma realidade, e portanto era comum ver-se escrito que meninas de 12 a 13 anos casadas e "agindo com extrema consciência do seu papel social" (Ariés).

Não se pode também separar o surgimento de sentimento de infância sem o associar ao fortalecimento da família, mais reduzida - conjugal - que se carateriza precisamente pelo aumento do sentimento de proteção, cuidado e atenção à criança.

2. ESTATUTO DA CRIANÇA ANTES DO SÉCULO XVIII (1760) – VISÃO DE ELISABETH BADINTER

- **A A criança fazia medo/no mínimo era insignificante.** As consequências educativas eram a frieza para com os filhos sendo os mimos e a ternura consideradas moleza e pecado.
- **B** A criança era um transtorno ou desgraça pelo que as consequências eram o abandono físico e moral, a indiferença e mesmo o infanticídio. Que sinais temos de tal??
 - A recusa da amamentação e o recurso a amas mercenárias e miseráveis
 - A asfixia "acidental" dos filhos na cama dos pais.

A asfixia era mais comum do que se possa pensar. Se bem que formalmente condenada pelo estado e igreja era praticada em segredo, num limbo, semiconsciência ou zona limite entre a vontade, esquecimento ou falta jeito.

QUESTÃO CRÍTICA - SERIA FALTA DE AMOR?

Como é que mulheres em estado de despojamento físico, moral e social e económico se poderiam exprimir em tais condições...... amor e ternura? Esta é uma hipótese social e económica para a falta de amor.

Mas como explicar o êxodo em massa de crianças da cidade para o campo em famílias com posses? Que levava estes pais a fazê-lo? A atitude da comunidade e ideologia familiar? A hipótese social e económica não funciona

C - A persistência pelo desprezo da criança. Que sinais temos?

Uma criança brinquedo, *poupart*, demonstra o desprezo pela individualidade da criança. É um joguete nas mãos de adultos que se divertem, não respeitando a personalidade. O desinteresse médico e a ausência literária da criança completam esta interpretação.

Em suma, mesmo que a criança se não é propriamente a imagem do mal, é um ser insignificante e é esta insignificância que explica em parte a indiferença maternal.

A Indiferença Maternal

A qualidade das relações entre mãe e filho caracterizam-se pela indiferença, frieza e aparente desinteresse pelo bebé que acaba de nascer

Que explicações?

Pode existir mais ou menos amor maternal consoante as dificuldades exteriores se abatem sobre as pessoas?

O amor maternal é uma constante trans-histórica?

TESE DE BADINTER

O amor de mãe não tinha relevância e era pouco valorado socialmente.

SINAIS DA INDIFERENÇA - A morte da criança; O amor selectivo; Recusa na educação e criação dos filhos

A RECUSA DA AMAMENTAÇÃO - COMO SE JUSTIFICAVAM AS MULHERES?

- O aleitamento como fisicamente mau e pouco conveniente;
- Sensibilidade nervosa exacerbada pelo choro do bebé;
- Produzia efeitos estéticos nefastos deformação os seios;
- Outros, de ordem social ou moral (sinal de distinção não amamentar);
- O homem não desejava que a mulher amamentasse, na medida em que o ato procederia contra a sua sexualidade;
- A criança de leite torna-se assim um transtorno para os pais compreendendo-se a sua entrega aos cuidados de uma ama mercenária.

As questões ligadas ao mercenarismo de amas-de-leite e a noção de criança na sociedade tradicional são tratadas exemplarmente numa outra obra: "A formação da família moderna" de Edward Shorter. Sumariamente, na sua análise o autor afirma que as mães (e pais):

- Assistiam com indiferença ao desenvolvimento e felicidade das crianças com menos de dois anos:
- Não viam os bebés como seres humanos com as mesmas faculdades de alegria e dor;
- Não eram capazes de se colocar no lugar dos seus bebés e, por conseguinte de torná-lo agradável e encantador;

As crianças eram brutalizadas pelas condições da vida diária como por acessos selváticos de fúria por parte dos pais.

Havia a prática do "berço de balouço " utilizado sem moderação até as crianças ficarem entorpecidas.

Mais grave era prática de deixar os bebés sós durante largos períodos de tempo, ficando a assar nas fezes e urina apertadas em cueiros muitas crianças ficavam igualmente horas afio ao abandoo diante uma lareira, morrendo por queimaduras porque as roupas se incendiavam.

Muitos bebés eram molestados pelos porcos pois estavam sem vigilância. Em Montpellier especialmente na estação da cultura dos bichos-da-seda, julga-se que a sujidade e a falta de cuidados eram causas mais importantes que as epidemias.

O hábito de ver morrer as crianças nesta época deu origem a um provérbio que diz: "No tempo em que nascem os bichos-da-seda vão os meninos para o céu".

Esta desatenção material poderia ser explicada pela simples necessidade económica, embora as razões fossem sem dúvida mais complicadas do que isso.

Mesmo quando as mães ficavam com os filhos, pouco se notava a sua afeição, ternura, despertar os sentidos e sensações, nem o estímulo de desenvolvimento actuais.

Os filhos eram tratados por "criatura" sem distinção de sexo ou idade.

O esquecimento da idade dos bebés e crianças era frequente.

Não sabiam quantos filhos haviam tido e aparente ausência de luto face à morte e a serenidade com que esta era encarada.

Acontecia frequentemente que ao funeral de um filho morto com menos de cinco anos nenhum dos pais ia ao funeral e noutros locais apenas um comparecia.

A falta de serenidade era apenas perturbada quando se dava a morte da mãe do primeiro filho pois o pai teria de devolver o dote nalgumas regiões.

Quando havia divórcios, era raro a existência de disputas por causa da guarda da criança, as divorciadas cediam as crianças sem problemas.

Os pais abandonavam os filhos ilegítimos depositando-os em instituições de caridade;

A percentagem 1/10 a1/4 de crianças enjeitadas, legítimas, era elevada.

O que levava os pais a abandoná-las?

A pobreza e a carestia de vida (aumento do custo de cereais), mas para muitos outros pais a indiferença era a norma (as muitas trabalhadoras fabris que abandonavam os filhos demonstram que esta não era somente uma prática tradicional).

E quando nos viramos para o hábito de deixar os bebés com amas mercenárias é que a separação da mãe e do bebé pequeno se destaca como prática sistemática de todas as classes, pobres ou não.

Amas-de-leite e mães que amamentam. Como?

Um dos fenómenos mais notáveis da história social europeia foi o grande número de mães que mandavam os filhos bebés para longe, a fim de serem criados por amas-de-leite mercenárias em lugares distantes;

Logo a seguir ao baptismo, a criança era retirada à mãe e contrabandeada através de longas estradas para uma cabana aldeã onde, se sobrevivesse à viagem, passaria os dois anos seguintes.

Não se deve confundir este hábito alojar bebés legítimos, com aquele outro de arranjar uma ama para ficar no lar a amamentar o bebé sob o olhar vigilante da mãe; e ainda com os esforços de mulheres solteiras para se desembaraçar de rebentos ilegítimos, nem com as tentativas de desesperadas dos asilos para crianças abandonadas por toda a Europa de encontrar famílias rurais que aceitassem as vagas de crianças enjeitadas que inundavam o século XVIII.

Os habitantes da Europa central parecem ter alojado bebés numa escala bastante difundida. Havia muitas amas nas cidades e os seus serviços tornavam a mortalidade infantil mais elevada do que no mundo rural. Apenas as amas que viviam em casa dos amos ricos escapavam a esta regra de que "as amas não são o mesmo que as mães e a falta de ternura é a causa de muita omissão fatal".

Nas áreas rurais pelo contrário, as mães amamentavam os seus filhos até muito tarde (amamentação como técnica contraceptiva).

A partir de dados relativos à mortalidade na região de Paris, podia calcular-se que 1/6 ou mais, dos bebés, eram colocados em amas.

As diferenças de classe eram muito consideráveis. Só entre os camponeses proprietários de terras é que as mulheres quase sempre amamentavam os bebés e, mesmo assim apenas porque no tempo que lhes ficava livre não conseguiam ganhar o suficiente para pagar a uma ama-de-leite.

As mulheres pobres de áreas rurais, punham por exemplo os próprios filhos na ama a preços baixos e aceitavam uma criança de peito de outro local, pela qual recebesse mais dinheiro.

Pequenos lojistas e artesão punham igualmente as crianças nas amas.

O único grupo que nunca pôs os bebés nas amas em grande número foi o grupo das operárias fabris, ponta de lança da modernização, apesar de se empregarem durante o dia, uma atitude de modernização.

O sistema de amas funcionava como?

Nas grandes cidades eram agências particulares pouco escrupulosas que com mais frequência serviam de intermediários entre as mães e as camponesas.

Chegavam a anunciar amas com leite que já não tinham e que mais não faziam do que alimentar a biberon os bebés;

As próprias amas frequentemente assumiam estratagemas de forma a enganar tanto as mães quanto as agências, quer pedindo bebés emprestados saudáveis e fedendo-os passar por seus, convencendo-as autoridades a passar certidões falsas provando que o bebés da ama teria a mesma idade que o bebé que seria entregue aos seus cuidados.

Depois de serem entregues às amas os pais raramente visitavam os bebés embora se pudessem informar por carta de que tudo estava bem, esporadicamente. As cartas padrão analisadas hoje, eram ridículas embora convidassem as mães a visitar os bebés.

De facto, se estas mães visitassem os bebés ficariam abismadas.

As amas trabalhadoras rurais, campesinas e mães solteiras eram criaturas desesperadamente pobres, devastadas que viviam geralmente em casebres sem o mínimo de condições. Uma cama, uma divisão em terra batida três bebés eram um quadro frequente, juntamente com animais domésticos palha, adubos, enfim o lugar ideal para um bebé.

Este quadro negro conduzia inevitavelmente a um aumento da mortalidade infantil, por negligência dos cuidados mínimos, epidemias etc. Em Morvan, por exemplo, as amas-de-leite não mudavam a roupa de cama entre um bebé e o seguinte e os travesseiros de penas, impregnados de suor, urina e fezes, exalavam um cheiro a amoníaco terrível.

A impaciência, a fadiga, e a indiferença acabavam por levar as amas a tentar calar os bebés que gritavam com álcool ou com tranquilizantes à base de ópio.

Frequentemente, as amas que amamentavam não tinham leite suficiente para todas as crianças, dando as primeiras mamadas ao filhos e suplementando depois o restante para os estranhos com comida à mão.

O pior ainda era quando não havia uma cabra ou vaca e as amas alimentavam os bebé com farinha, água e açúcar o que desprovido quaisquer vitaminas ou proteínas, conduzia a criança a uma nula imunidade e ao tal aumento da mortalidade.

Enquanto a mortalidade dos que ficavam com as mães era de 19%, a dos bebé legítimos que eram enviados para amas, era de 38%.

A mortalidade crianças abandonadas enviadas para amas chegava aos 90%.



3. QUE SE PASSOU NO SÉCULO XVII e XVIII PARA ESTA SITUAÇÃO SER ACEITE COMO NATURAL?

A ausência de sensibilidade para com a infância preexistia a este período embora as mulheres amamentassem e conservassem junto a si o filho até pelo menos aos 8-10 anos de idade e quando se começa a desenvolver o sentimento de infância, as mulheres recuam no campo dos seus deveres maternais. Foi necessário esquecer duas funções decisivas que outrora definiam basicamente a mulher: A mãe e a esposa, existindo uma em função da outra.

Movimento de emancipação das Mulheres deveu-se a uma reação em função de três fatores que urgia remover:

- Contingências materiais
- Autoridade do marido
- Isolamento cultural

Que meios de emancipação desenvolveram as mulheres?

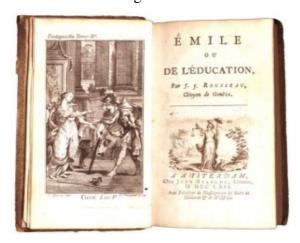
A galanteria e renovação de costumes, oposição a valores dominantes numa tentativa de serem platónicas, cultas, livres, sábias, intelectuais, ascéticas. De acordo com BADINTER, emergiram três tipos de mulheres *mundanas*, *livres* e *filósofas*, que de algum modo também terão contribuído para que as funções óbvias e naturais se viessem a perder progressivamente. Este período feminista ajudou a fechar um ciclo que teve como uma das consequências diretas o *abandono dos filhos*, por:

- Entrega à Ama
- Aparecimento da governanta e preceptor
- A Partida para internato

Tudo isto teve com como consequência um dramático aumento da mortalidade infantil.

A emergência de um novo valor - o amor maternal/uma nova mãe

No último terço do século XVIII, inicia-se uma revolução das mentalidades. Após 1760, abundam as publicações recomendando às mães que se ocupem pessoalmente dos seus filhos e os amamentem. É criado ou recriado para a mulher uma obrigação antes de mais de serem mães e é engendrado mito do instinto maternal ou amor espontâneo da mãe pelo filho e o discurso da felicidade e da igualdade.



COMO SE FEZ A DEFESA DA CRIANÇA?

O Discurso Económico

Contribuiu muito para a defesa da criança baseou-se no facto de ganhar um valor mercantil ao produzir riqueza mas também porque podia garantir a força militar. Este discurso é secundado pela demografia e necessidade de reduzir a mortalidade infantil. A perda de crianças resulta em carência que o estado deve suprir. Diderot dizia que o estado só e forte se tiver muita população.

O Discurso Filosófico - Uma Nova Filosofia/das Luzes

Este discurso proclamando a igualdade e a felicidade individual vieram alterar progressivamente o estado de coisas, valorizando o estatuto da mulher como esposa e mãe; há uma nova voga de casamento por amor que transforma a esposa em companheira predileta advogando-se que os maridos passassem a ter outro tipo de comportamento, quer os de origem mais modesta quer os de origem mais abastada. A própria ideia da felicidade familiar é um passo importante na evolução para a igualdade. A procriação passa ser uma das alegrias do casamento e a nova mãe amamentará, terá prazer nisso e receberá em contrapartida uma ternura infinita por parte do bebé.

Os principais argumentos utilizados foram o regresso à boa natureza, promessas e mesmo ameaças.

Era necessário dar corpo a uma nova mãe muito diferente da anterior. Como reagiram as mulheres a este tipo de discurso e recomendações repetitivas e insistentes??

- Diversamente:
- Lentamente;
- Foi o interesse da mulher a determinar comportamento da mãe

Se a influência do discurso da boa mãe é importante, dois fatores influenciaram consideravelmente a escolha das mulheres:

 Possibilidades económicas e a esperança na assunção de um novo papel social e familiar.

EM SUMA

A mulher de finais do século XVIII e século XIX acabou por, mais ou menos depressa, aceitar o papel de boa mãe. Se Rousseau fora capaz de abrir uma pequena brecha em 1762, houve que tomar um sem números de praças-fortes no coração das mulheres. Foram necessários cem anos para desbastar o grosso do egoísmo e da indiferença maternais mas em pleno século XX, continuou-se a castigar sem piedade a negligência da má mãe.

Quais as provas de amor da nova mãe??

O regresso à amamentação da criança, como natural e desejável, o abandono do enfaixamento dos bebés, uma nova preocupação com a higiene, um discurso e prática em que o valor insubstituível do bebé era marcante, são sinais importantes e provas de mudança.

Este discurso da importância da criança como o mais precioso dos bens, em que a sua saúde passa a ser discutida como tema significativo entre os pais, fez com que adesão a esta nova mentalidade se fizesse, mas, como sempre, com as elites à cabeça. Como nos recordamos o valor da infância é uma variável histórica e cultural e inicialmente uma prática de elites....

Esta prática e discurso vão fazer com que se desenvolva o *pediatra*, *médico de família*, dedicado às crianças, ao mesmo tempo que a mãe se dedica integralmente ao cuidado do bebé.

Ouem foi a nova MÃE EMERGENTE?

A Intelectual?

A Burguesa?

A aristocrata?

A mãe burguesa aceita a encarregar-se da educação dos filhos. Neste sentido melhorava estatuto pessoal, de duas maneiras:

 O poder das chaves (rainha doméstica) e poder sobre os filhos ao nível educativo...

Esta mãe em seguida tornava-se o eixo central da família. A padroeira natural desta nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira é um exemplo de total dedicação ao filho.

Reticências e resistências.....

Houve dificuldades nesta caminhada. A análise lúcida e objetiva demonstrará que uma significativa parte das mulheres não resolveu o teste do sacrifício no século XIX. A literatura demonstra que quando uma mulher tem ambições (materiais, intelectuais, ou profissionais, sente-se menos tentada a investir o seu tempo e a sua energia na criação dos filhos. Mas no quadro do século XIX com o trabalho feminino totalmente desvalorizado pela ideologia dominante resta às mulheres da classe superior serem *mundanas* e brilharem aos olhos do mundo ou serem mulheres de família e reinarem no quadro do lar. No entanto não é suficiente pertencer à burguesia para se ser boa mãe. O amor maternal não se encomenda e a situação social e económica dos pais não chega para criar as condições de um bom amor maternal, daí que se encontrem mães negligentes e ou simuladoras, mas reconheça-se que:

- As mulheres sentiam-se cada vez mais responsáveis pelos seus filhos;
- Quando não podiam assumir o seu dever para com eles, passaram a considerar-se culpadas;
- Neste sentido, Rousseau obteve uma vitória da maior importância, a culpabilidade tomou conta do coração das mulheres.

O Amor Forçado

A maternidade tomava um sentido diferente enriquecida com novos deveres, alargavase para além dos nove meses inevitáveis.

O papel da mãe não acabava enquanto a criança não estivesse fisicamente apta e rapidamente se descobriu da sua importância na formação educacional e intelectual dos filhos. Graças à psicanálise, a mãe será promovida a grande responsável pela felicidade do seu rebento, sendo que os sucessivos encargos que pesam sobre a mãe caminham a par da promoção da sua imagem de mãe. A imagem de uma boa mãe pode dissimular uma dupla armadilha, que será vivida algumas vezes como uma alienação: encerrada no papel de mãe, a mulher já não poderá escapar-se-lhe sob pena de condenação moral; grandeza e nobreza das novas tarefas andavam a par da condenação das mulheres que não sabiam ou não podiam cumprir cabalmente tais tarefas.

Responsabilidade e culpabilidade, um pequeno passo rapidamente transposto logo que a mínima dificuldade da criança se expressasse. Passou a pedir-se contas à mãe.....estando Rousseau e Freud tão próximos, apesar de entre eles distarem 150 anos: A dedicação e sacrifício caracterizavam a mulher normal, taxada de egoísta, de má, ou de desequilibrada, a mulher que desafiava a ideologia dominante só podia assumir

melhor ou pior a sua anormalidade. Como qualquer diferença é difícil de viver, as mulheres submeteram-se, silenciosamente, algumas delas com tranquilidade, outras frustradas e infelizes.

A Mãe Ideal

A mãe ideal é somente mãe. A profunda mudança de mentalidades teve duas espécies de consequências:

- Permitiu a um grande número de mulheres viver a sua maternidade na alegria e no orgulho e descobrir a sua realização numa atividade reconhecida, honrada, considerada útil e insubstituível por toda a gente;
- Em compensação, as declarações definitivas e autoritárias proferidas acerca das condições maternais criaram noutras mulheres uma espécie de mal-estar inconsciente. A pressão ideológica foi tal que se sentiram obrigadas a serem mães sem terem realmente esse desejo...daí que tivessem vivido a sua maternidade a sua maternidade sob o signo da culpabilidade e da frustração. Fizeram o melhor que podiam para tentar imitar a boa mãe, mas, não encontrando nesse papel satisfação pessoal, prejudicaram a sua vida e a dos seus filhos. Aí reside provavelmente a origem comum da infelicidade, e mais tarde da neurose, de muitas crianças e a suas mães. Mas os pensadores do século XIX, demasiado prisioneiros dos seus postulados, não se aproximavam deste género de considerações. Os do século XX.. em nada se mostrariam também mais subtis.

Podemos mesmo pensar naquilo que foi a extensão das responsabilidades maternais e assim, a mãe educadora preceptora, assumiu a ideologia do sacrifício e dedicação absolutas.

A ideologia dominante procurou resolver este dilema em detrimento da independência. Se as funções da mãe haviam aumentado, a dedicação era parte integrante da natureza feminina. Na dedicação residia a fonte mais segura da felicidade da mulher e se a mulher se não sentisse com vocação altruísta, recorria-se ao auxílio da moral que exigia que ela se sacrificasse. Esta infelicidade deve ter sido muito prevalente porque no final do século XIX e começos do século XX, só se fala em sacrifício, omitindo, por lapso ou esquecimento deliberado, a promessa de felicidade que, naturalmente decorria dela.

No dizer de Badinter, entramos no domínio do masoquismo natural ou obrigatório. Se a mulher é feita para ser mãe e amar os sofrimentos que acompanham a sua vocação natural, um esquema masoquista tomou conta de muitos discursos. Ao sofrimento

materno corresponderia a felicidade do seu rebento e aos sofrimentos deste mundo corresponderia a felicidade eterna. A temática mística acompanhou esta visão,aA mãe era uma santa, se necessário daria a vida pelo filho. Os deveres maternais não têm assim limites!

DA RESPONSABILIDADE À CULPABILIDADE

O não cumprimento dos deveres maternais dava uma fotografia interessante do tipo de mães incapazes do sacrifício:

Indignas, Ausentes, Ou Incapazes

A Mãe Indigna

O primeiro tipo de madrasta natural, a pior de todas é aquela que não ama o filho e não lhe manifesta ternura. A falta de amor é um erro imperdoável não resgatável por qualquer virtude. A especificidade feminina era abolida, meio monstro meio criminosa, era anatematizada, um erro da natureza.

A Mãe Egoísta

Esta mãe gosta alguma coisa do filho, mas não o ama a ponto de se sacrificar por ele. Ocupa-se da criança segundo os seus próprios desejos e não segundo as necessidades reais da criança. A sua indignidade repousa menos na sua dureza que na sua incapacidade criadora e educadora. Será chamada de egoísta, descuidada, negligente mas não de madrasta. Os moralistas atacam as mulheres das classes superiores e inferiores. Uma pelo deixa andar e preguiça educativa. A não vigilância destas crianças é criticada embora possa ter preceptores. Nas classes mais baixas o fato das crianças andarem na rua a brincar sujas e maltrapilhas tipifica a incapacidade destas mães em zelar pela educação dos filhos.

A Mãe Trabalhadora

O trabalho feminino é condenado pelos moralistas. Excetuam-se raras situações, viúvas, abandonadas,...mas a sociedade deveria pagar à mãe para esta poder ficar em casa. O trabalho feminino tornaria a criança um ser indefeso, sendo a ausência da mãe causa para todos os males e fragmentação da família.

O declínio do poder paternal – um paradoxo

A figura do pai foi ofuscada com o considerável aumento das funções da mãe, a partir do século XVIII. Porquê?

O pai seria totalmente incapaz. Ou então a vida social, os negócios e a política absorviam-no por completo. Mas na ideologia dominante o pai (homem) tem papéis diferenciados da mãe (mulher). As funções biológicas, a natureza dos sexos seria muito diferente. O homem é ação, conquista e ordenação, a mulher é o sexo passivo, o pensamento feminino centra-se nos cuidados à criança. Aí na interioridade da casa orienta a sua felicidade. A afetividade mais aguda decorre diretamente da gestação, o amor maternal seria o único plenamente segundo a natureza. Os dois seres são inicialmente um só.

Nada na natureza do homem o predisporia para a afetividade com a criança. Esta seria um estranho, o homem vive num universo onde a infância e os afetos que a regem estão excluídos. Daí a sua severidade, incompreensão, impaciência. Habituado a bater-se segundo as necessidades exteriores, o homem não aceitaria os caprichos, sonhos, a fraqueza infantis, sendo estas familiares à mãe

Que funções paternais então? Um contraponto

A natureza criou o homem estranho à infância e fez do par mãe-filho a perfeição. Qual a função do pai? Desde os que declararam a inutilidade do pai aos que afirmaram a sua importância gerou-se no século XIX algum consenso a este respeito uma posição intermédia. Alguns ideólogos manifestaram o desejo de que o pai assumisse algumas funções expressivas/de afetividade, através do jogo, brincadeira, carícias. A ideia seria fazer nascer um amor não instintivo (como o da mãe). Alguns pais foram sensíveis a estes discursos. Não foi uma atitude universalmente assumida, o pai nunca se viu obrigado a compartilhar as tarefas educativas com a mãe. Foram felicitados alguns que o fizeram mas os outros não foram repudiados com seriam as mães se não cumprissem as suas funções naturais. O inconsciente coletivo funcionava a favorecer a ideia de a educação da criança era tarefa das mulheres. O papel do pai seria portanto meramente assessório, meramente colaborativo. Faltavam-lhe tempo e vontade. O que contaria e muito seria assim o caráter do pai, o cumprimento dos seus deveres, a generosidade dos seus pensamentos. Esta era a coroa de glória do pai na educação dos filhos. A isso juntaria os ensinamentos à filha de que a mulher é dependente. Globalmente as mulheres aceitaram o aumento das responsabilidades e a retirada do pai. O Estado alinhou ao lado das mulheres acentuando este estado de coisas.

O ESTADO SUBSTITUI-SE AO PAI E À MÃE - QUEM PASSOU A CUIDAR DAS CRIANÇAS VÍTIMAS DE PAIS INCOMPETENTES E NEGLIGENTES?

Foram criadas pelo Estado novas instituições:

Juízes de menores, assistentes sociais, mestre-escola, psiquiatra. Isto é, o Estado criando novas instituições passou a substituir-se aos pais comprovadamente negligentes.

As figuras *criadas usurparam* assim funções incumbidas aos pais, procurando a proteção das crianças. Na realidade foram um avanço social mas isso não exclui o facto de o Estado ter passado a vigiar família de perto. A escola laica e obrigatória concebida pela Terceira República é uma das instituições que mais limitaram o poder e prestígio paternal. Enquanto as escolas privadas, religiosas, de outrora tinham por função completar a formação e educação familiar, respeitando a ideologia dominante (privilégios paternos), esta nova instituição pública tinha objetivos bem diferentes.

A uniformização das condições mentais dispensando o mesmo ensino a todas as crianças foi conseguido. A criança passa agora o essencial do seu tempo na escola e o professor tem uma importância indiscutível. Os valores dominantes passam a ser os da escola e não os familiares. A criança doravante vai transmitir saber e dever ao invés de séculos anteriores sendo então que os pais vão progressivamente alinhar pelos valores do professor. A situação está totalmente invertida. Isto é particularmente sentido nas classes baixas, tipo operariado. As classes abastadas continuariam a inculcar aos filhos os seus valores próprios. Somente o camponês ainda terá o poder de ensinar aos filhos os seus valores e experiências. A sua autoridade permanecerá durante muito tempo ainda.

Enfim, a escola pública para todos colocou ponto final no poder paternal. O pai não sabia ensinar os filhos!

A revolução criou novas sensibilidades que passaram colocar juridicamente barreiras à autoridade paternas inquestionáveis. A maioridade foi baixando reduzindo consideravelmente o pode paternal. O direito de correção dos pais acabou por ser também limitado.

O pai torna-se objeto de vigilância apertada pela polícia, autoridades sociais. A criança problemática surge como vítima de um pai incompetente, indigente ou indigno. As

sociedades de proteção das crianças completaram este trabalho. A derrogação paternal acelerou e estendeu-se a todas as classes sociais.

Mãe e estado usurparam as funções do pai. Que lhe resta? A capacidade de sustentar a família. Esta imagem permaneceu até muito dentro do século XX!

A INFLUÊNCIA DO DISCURSO MÉDICO HERDADO DE FREUD

O discurso psicanalítico contribuiu largamente para fazer da mãe a figura central da família. Depois de ter descoberto o inconsciente e a forma como este se constituía ao longo da infância, mesmo da mais precoce, os psicanalistas tomaram o hábito de interrogar a mãe, colocarem-na em questão face à mais pequena perturbação da criança. Sem nunca afirmar claramente que a mãe era a causa e responsável pelo inconsciente do filho, a culpa e a atribuição de responsabilidades desenvolveram-se rapidamente.

A psicanálise fez durante muito tempo pensar que uma criança infeliz era filho ou filha de uma *má* mãe. (má não tem aqui contudo conotação moral). Uma mulher educada por uma mãe perturbada tem fortes possibilidades de que venha a assumir dificilmente a sua feminilidade e maternidade. Chegada a mãe, reproduzirá atitudes inadequadas que foram as da sua própria mãe. Neste contexto a psicanálise não só aumentou a importância da mãe como medicalizou o problema da má mãe, ainda hoje confusamente percecionada como má e doente. O público foi formado em boa medida nestas questões por Freud e seus discípulos

A TRÍADE FEMININA DE HELEN DEUTSCH

A mulher normal definida por Helen Deutsch assentava em três características fundamentais:

Passividade

A passividade continua ser apanágio da fêmea mesmo nas espécies animais. A insuficiência orgânica (que constituiria ausência de pénis) levaria a mulher à passividade. O órgão passivo-recetivo seria a vagina, totalmente dependente do órgão masculino. A ausência de atividade vaginal espontânea constituiria o fundamento fisiológico da passividade feminina.

Masoquismo

Ainda ligado à passividade, o masoquismo é segunda característica essencial da mulher. O masoquismo está ligado à expressão de modo diferenciado em relação ao rapaz da agressividade. A agressividade é virada para o interior, ao contrário do rapaz, contra o eu. Este masoquismo seria transformado em necessidade de ser amada.

Narcisismo

Vem contrabalançar as tendências masoquistas. Ligando-se à fase infantil de formação do eu, durante o qual a criança se ama a si própria. Este amor de si própria vai progressivamente dar lugar ao desejo de ser amada. O narcisismo tem uma função duplamente compensatória, isto é, serve de compensação à humilhação da inferioridade genital e limita a tendência masoquista, que poderia conduzir à busca de objetivos perigosos para o eu. Graças ao narcisismo, o eu defende-se e reforça sua segurança. Porque uma mulher normal não pode fazer a economia da tendência masoquista. Esta é necessária para superação das etapas principais da sua vida: ato sexual, parto, maternidade, etapas da reprodução estreitamente ligadas ao sofrimento.

A teoria do masoquismo serve perfeitamente de justificação, à posteriori, à aceitação de todas as dores e todos os sacrifícios. Feita naturalmente para sofrer e gostando disso não há razão para grandes preocupações. Esta é uma teoria bem mais temível que teologia judaico-cristã, na qual a mulher tem de sofrer para expiar o pecado original. A maldição biológica é assim a causa da desgraça da mulher. Se a mulher não encontrar alegria no sofrimento não tem outras soluções que não seja a homossexualidade ou a neurose.

A Boa Mãe

É fácil deduzir o que é uma boa mãe a partir da descrição da mulher normal. Mulher feminina, constituída pela interação harmoniosa entre as tendências narcísicas e as aptidões masoquistas para suportar o sofrimento. O desejo narcísico de ser amada metamorfoseia-se na mulher maternal através da transferência do Eu para a criança que não passa de um substituto do eu. Quanto às aptidões masoquistas elas manifestam-se principalmente na aptidão da mãe para o sacrifício de si, na aquiescência ao sofrimento para bem do filho e finalmente no abandono da dependência deste quando a hora da sua libertação chega. As alegrias da maternidade contrabalançam o sofrimento. Se assim não for sobrevirá um masoquismo pior que provém do sentimento de culpabilidade.

DEUTSCH afirma porém que devem ser poucas mães que não aceitam a sua situação. De facto, insinua a existência de um instinto maternal, cujas formas primitivas seriam químicas e biológicas.

Clarificado está o quadro da boa mãe, descrita por D. WINNICOTT em pleno século XX.

A mãe suficientemente dedicada era aquela que respondia e se adaptava às necessidades do bebé durante várias semanas após o nascimento. Esta espécie de prolongamento intrauterino caraterizado pela *preocupação maternal primária*, coloca a mãe num estado de recolhimento íntimo e de dissociação próximos do estado esquizóide. Esta hipersensibilidade é uma doença boa, que permite à mãe normal adaptar-se às primeiras necessidades do bebé. A mãe dedicada é assim aquela que, excluindo todas as outras áreas de interesse, se preocupa em absoluto com o bebé.

Se a mãe não consegue este estado, as suas carências provocam fases de reação e choque com o ambiente que interrompem o adequado desenvolvimento do bebé. Nos piores casos as consequências seriam por exemplo o autismo. Do descritivo ao normativo, os discípulos de Freud passaram a dar conselhos e recomendações pelas várias formas possíveis (literatura, meios de comunicação..).

O êxito destes primeiros vulgarizadores da psicanálise testemunha porém não somente a desorientação das mães, como igualmente a crença num ideal, desmentindo a ideia de uma atitude maternal naturalmente boa. Todos os gestos da mãe se tornam objeto de recomendações.

A amamentação

É a maior prova de amor da mãe pelo filho, porque engendra grandes sentimentos de prazer, corporais e espirituais. A amamentação satisfatória é a considerada natural, dada quando o bebé a deseja. Essa é a base. Enquanto o bebé não descobre um ritmo regular, o método mais rápido para evitar a sua infelicidade é que a mãe amamente de acordo com o seu pedido. Deve voltar sempre a horas regulares mais convenientes quando o bebé se tornar capaz de suportar períodos regulares.

A amamentação sem regras e horas fixas não é fácil, podendo prolongar-se por muitos meses. Se as mulheres trabalham... como fazer? Winnicott fez este tipo de afirmações na BBC, culpabilizando as mães que regressavam muito cedo ao trabalho. Este sentimento de culpa de muitas mães deve ter sido terrível.

Melanie Klein e H. Deutsch exaltaram as virtudes da amamentação natural ao ponto de afirmarem a relação entre crianças com problemas e o facto de não terem sido amamentadas ao peito. Foram palavras cruéis para mulheres que durante o Pós-Guerra não amamentaram.

A dedicação

A mãe dedicada é não apressada, está atenta a todas as necessidades do filho e ooupa-se inteiramente dos cuidados de que este possa necessitar. No entanto, a dedicação só por si não é suficiente para uma boa maternagem.

A mãe deve retirar prazer da relação diádica

A inexistência desta relação seria prejudicial para futura saúde mental do bebé, portanto a mãe deveria assim alegrar-se com as dificuldades e privações e preocupações que um bebé sempre traz. Com Winnicott e seus pares foi atingido o ponto mais alto das responsabilidades maternais e por ricochete, um difuso sentimento de culpabilização. A menor dificuldade psicológica da criança traria sempre sentimentos de culpabilização à mãe;

A Má Mãe

É FÁCIL DEDUZIR O QUE É UMA MÁ MÃE

O afrouxamento dos impulsos maternais pode dar lugar a perturbações. Entregar a criança no primeiro ano de vida a uma ama, proteger os seios pagando a uma ama que a substitua na amamentação, amamentando artificialmente a criança. Enriquecendo o eu com tendências viris, a mãe pode entrar em contradição e conflito com o cordão umbilical que a liga o bebé. Pode dar-se um desvio das tarefas da maternidade.

A necessária distinção de papéis

A teoria psicanalítica provocou desajustes consideráveis em muitas mulheres. Ao passo que socialmente a divisão sexista era desafiada e as mulheres reclamavam uma cada vez maior participação em tarefas dantes reservadas ao homem, a psicanálise mantinha e reforçava a heterogeneidade dos papéis masculino e feminino.

A função paternal

Winnicott afirmou algumas ideias sobre a paternidade:

A mãe é responsável pela boa paternidade do marido, seria uma intermediária entre o bebé e o pai e a presença deste pode ser somente episódica. Os pais dificilmente participam na educação dos filhos, raramente estaria em casa quando o bebé estivesse acordado e certos pais nunca se chegam a interessar.

O pai não pode substituir a mãe nos cuidados aos filhos, podendo haver eventualmente pais que fizessem melhor o papel de mães, mas nunca seriam mães. De facto, não possuem seios para amamentar. O bebé prefere a mãe, pois conhece-a logo após o nascimento permitindo que esta identifique a sua feminilidade. O pai incarna aos olhos da criança a autoridade, o vigor, o mundo exterior. A mãe simboliza a casa, o cuidado com os filhos.

O pai simbólico versus pai de carne e osso

O discurso psicanalítico veio, mais tarde, a repensar a questão do pai dissociando o pai simbólico do pai de carne e osso. A uma função real reduzida corresponderia uma função simbólica importante, porque desde logo era transmissor de filiação; permitia a inserção da criança no meio social. Um pai forcluído desencadearia na criança uma psicose (impossibilidade de ser sujeito social). O pai representa a necessidade dos interditos, mas em algum momento interferirá na relação simbiótica do filho com a mãe. O pai deverá separar e substituir à díade originária, a relação humana triangulada. Mas apesar deste discurso, a teoria psicanalítica nunca soube traduzir bem o amor paternal pela rigidez da distinção de papéis.

A Presença Maternal

Dolto afirma que a presença da mãe é insubstituível até que a criança fale. No caso de impossibilidade da mãe (física e emocional) deve colocá-la na creche. Se muitas mães preferiam partilhar com os pais as tarefas de maternagem, a necessária distinção de papéis tornou isso impossível. Era fundamental a distinção de papéis para a criança, caso contrária haveria forte perturbação;

A Responsabilidade Maternal

Se a mãe falha nos primeiros anos como será? O pai não pode substitui-la. A sua insubstituibilidade engendrará sentimentos de culpa no caso de não cuidar dela ou no caso de dificuldades psicológicas da criança. A mãe que confia a criança a uma estranha corre riscos e a mudança frequente da pessoa que cuida é negativa. A criança deixa de ter referentes obrigando-a sucessivas reconstruções de redes.

Em suma a presença da mãe real é absolutamente necessária, o pai pode ser simbólico....Como não nos convencermos que a doença e infelicidade da criança não são doravante, obra e responsabilidade da mãe?

Uma formidável campanha de imprensa

A imprensa ajudou a criar um clima necessário à presença da mãe em casa tendo havido uma pressão ideológica terrível. Muitas mulheres sofreram anátemas por não ficarem com os filhos, por não garantirem o seu desempenho biológico da procriação (egoístas...)

Muitas mulheres resistiram. As feministas e trabalhadoras lutaram por transformações na mentalidade e acabaram por levar atrás de si muitos meios de comunicação.

O mito e a realidade

A visão Freudiana foi sacudida pelos movimentos feministas dos anos sessenta nos USA. A visão de uma mulher passiva, recetiva, feita para o sacrifício foi colocada em causa e uma outra natureza feminina foi descrita.

O fim da dedicação absoluta?

Os teóricos da psicanálise dificilmente abandonam a necessária distinção dos papéis paternal e maternal no bom desenvolvimento da criança. A mãe continua a ser a principal dispensadora de cuidados no corpo a corpo o corpo vital para o desenvolvimento do bebé. Este dom de si próprias parece no entanto colocado em causa no último quartel do século XX e início do século XXI. Querem compartilhar com o homem as tarefas antes executadas somente pela mulher; participam ativamente na construção da sociedade, pela sua inserção no mercado de trabalho e passou a falar-se de complementaridade para a criança entre cuidados do pai e da mãe. O trabalho deixou de ser *tripalium* para ser essencial à realização da mulher, colocando-se de uma forma definitiva as questões de educação pré-escolar e a necessária expansão da rede.

A amamentação ganhou novo fôlego nas últimas décadas após um evidente declínio por volta dos anos sessenta, não deixa de ser um fenómeno curioso até porque os leites substitutos são melhores do que o foram alguma vez.

Não sabemos no entanto, quantas o fazem por prazer, nas maternidades a pressão é intensa e podem ser condicionadas por isso. Podem levantar-se várias hipóteses:

Encorajadas pela ideologia dominante, concedem a si próprias um prazer antes não reivindicado;

Porque vão trabalhar não experimentam um obscuro sentimento de culpa e por isso quererão compensar a entrega dos filhos com a amamentação?

Em que ficamos?

Não parece que estejamos perante um surto de amamentação maternal devido dedicação natural da mãe pelo seu filho. No século XVIII estava em causa a possibilidade de sobrevivência da criança que inegavelmente o leite materno ajudava, era assim uma prova de amor. Hoje a mãe amamenta.....porquê? Para seu próprio prazer? Para acalmar as suas angústias?

E a primeira separação?

Quando a mãe termina sua licença de maternidade e vai entregar a criança a uma ama ou creche, pode gerar-se uma situação complicada. Dolto afirma que a criança precisa da mãe até pelo menos aos 25-30 meses e suporta muito mal as mudanças intempestivas de amas. Nesta situação a mãe corre um risco incalculável não sabendo se a pessoa a quem é confiada a criança tem as atitudes certas para o seu desenvolvimento.

A tese da dedicação espontânea morre aqui. Muitas mães correm este risco nem sequer precisando dos rendimentos do trabalho efetuado fora de casa! Não se pode interpretar este facto como idêntico ao das mães que séculos antes se recusavam a tomar conta dos filhos e os mandavam para amas mercenárias?

Duzentos anos de ideologia maternal e o desenvolvimento dos processos de responsabilização da mãe modificaram radicalmente as atitudes e, embora trabalhe fora, as mulheres do século XX e XXI permanecem infinitamente mais preocupadas com os seus filhos que outrora. Temos, no entanto, a prova que a maternidade nem sempre é a preocupação absoluta e instintiva da mulher. Nem sempre é óbvio que a criança suplante os interesses da mãe, mesmo quando as mães se vêm livres de determinados constrangimentos económicos apresentam ambições pessoais, mas também nem sempre escolhem abandonar as crianças nem que seja por pouco tempo;

Revela-se assim a inexistência de um comportamento feminino maternal verdadeiramente unificado para que se possa falar em instinto maternal ou atitude maternal "em si";

Distâncias perante a maternidade

Estamos perante transformações profundas da mentalidade e a grande novidade reside no facto de haver expressão de cansaço perante a maternidade. Muitas mulheres exprimem-se hoje sem culpa mas com rancor, muitas consideram-se apanhadas na rede da maternidade, experiência de malogro.

Muitas feministas puseram em ruínas o conceito de instinto natural – maternidade natural. Este não será uma história destinada a convencer a mulher a ser mãe, esposa? Um instinto que não se manifesta em milhões de mulheres é um instinto?

O que existe não é uma enorme pressão no sentido da mulheres se realizarem somente através da maternidade?

Mas como fazem hoje as mulheres?

Tentam mudar a sociedade dos homens!

Têm filhos mas partilham as tarefas com o homem;

Em direcção ao pai-mãe - questões de parentalidade

O amor paternal não estará a emergir de facto na história dos sentimentos? Não existe hoje um desejo de maternagem no homem? O homem hoje não começa a participar na gravidez?

Sob pressão da mulher, o novo pai exerce os cuidados maternais em pé de igualdade com a mãe....uma outra mãe. O bebé experimenta um contacto íntimo pele a pele com o pai. A ternura maternal que existe não choca ninguém. Depois de um longa ausência a figura do pai está em reconstrução.

CONCLUSÕES

Quando se percorre a história das atitudes maternais nasce a convicção de que o instinto maternal é um mito.

Não existe um comportamento universal necessário por parte da mãe. O que se encontra é uma extrema variabilidade dos seus sentimentos, em função do seu grau de cultura, ambições e frustrações.

Assim, o amor maternal é um sentimento e como tal essencialmente contingente;

Pode existir ou não, ser frágil ou revelar-se forte;

Tudo depende da mãe;

Da sua história. Não há aqui determinismo biológico, é algo que existe a mais, é suplementar;

A história revela-nos sucessivas curvas com pontos fracos e fortes;

O amor maternal não é apanágio das mulheres;

O novo pai faz o mesmo;

É suficiente para afirmarmos a inexistência de papéis diferenciados?

Qual o ponto de vista da criança?

A identificação de papéis e sua similitude não é fonte de confusão para a criança?

Será sempre no entanto EVA (a mulher) a distribuir o jogo??!

TEMPO DE TRABALHO INDIVIDUAL

O valor da infância é uma variável histórica, sociocultural e psicológica. Os cuidados à criança estão diretamente relacionados a esta variável. O valor da mulher enquanto ator social, a importância dos cuidados aos filhos, e as expressões que estes assumem são de molde a analisar toda esta problemática, criando uma interface entre a Sociologia da Família e a Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica.

Só podem entender-se algumas das grandes questões da Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, como a presença e o envolvimento das mães no hospital, recorrendo à Psicologia mas também à Sociologia.

Um dos paradigmas da "boa mãe" é, por exemplo, a amamentação. Que sabemos nós desta variável? Por que é que encontramos mães que decidem não amamentar?

Não será que existe um subconsciente cultural e histórico a justificar estas opções?

Os aspetos aqui enunciados justificam este capítulo do programa da disciplina. As questões orientadoras que seguem deverão ajudar a esclarecer um pouco mais toda esta problemática, procurando articular os vários saberes que dão corpo à enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica.

QUESTÕES ORIENTADORAS

- 1 Qual o estatuto tinha a criança antes de do século XVIII?
- 2 Que provas existem?
- 3 Teriam as mulheres falta de amor?
- 4 Existe uma hipótese social e económica?
- 5 Que sinais existem da indiferença maternal?
- 6 Razões aduzidas para não amamentarem
- 7 Como se fez a defesa da criança a partir da segunda metade do século XVIII?
- 8 Argumentos para a nova mãe retornar à prática da amamentação
- 9 A nova mãe aceitou pacificamente o seu papel de esposa e mãe?
- 10 Que provas existem dessa *nova mãe*?
- 11 Porquê a *nova mãe* pertencia na sua maioria à burguesia?
- 12 O amor da nova mãe chegou a ser forçado? Porquê?
- 13 Pode afirmar-se ter existido uma ideologia do sacrifício e da dedicação?
- 14 Pode afirmar-se que se passou da responsabilidade à culpabilidade? Como?
- 15 Neste processo, o pai perdeu ou ganhou importância? Porquê?
- 16 Existe uma *má* mãe neste processo? Porquê?
- 17 Em direção ao pai-mãe? Porquê?

BIBLIOGRAFIA

Ariés, Philippe (2000). *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Agua.

Badinter, Elisabeth (2006). *O Amor Incerto – História do amor maternal do século XVII ao século XX*. Edição/Reimpressão. Lisboa: Relógio de Água. ISBN: 9789727084609.

Shorter, Edward (1995). A Formação da Família Moderna. Lisboa, Terramar,.

ISBN: 972-710-114-3.